



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pregão Eletrônico nº 04/2017 - Processo Administrativo nº 1886/2016 – Contrato nº 03/2017

CONTRATANTE – CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO, denominado Coren-SP, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ sob nº 44.413.680/0001-40, com sede na Alameda Ribeirão Preto nº 82 – Bela Vista – São Paulo-SP – CEP 01331-000, neste ato representado por sua Presidente, Fabiola de Campos Braga Mattozinho.

CONTRATADA – COPIADORA MÓDULO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 73.119.026/0001-27, com sede na Avenida Pedro Bueno, nº 264, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, CEP 04342-000, telefone (11)5584-9551, e-mail rita@copiadoramodulo.com.br / erika@copiadoramodulo.com.br / digital@copiadoramodulo.com.br, neste ato representada por sua Sócia Administradora, Rita de Cassia Lima, brasileira, divorciada, comerciante, portadora do RG nº 13.193.088-6 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 069.308.888/50, residente na Rua Agenor de Lima Franco, nº 116, Apto. 53ª, Jardim Peri Peri, São Paulo/SP, CEP 05537-120.

O presente Contrato obedece às seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de prestação de serviços de encadernação e impressão de documentos do Coren-SP referentes aos livros contábeis da Gerência Financeira e às atas de reuniões de Diretoria, Plenárias, Portarias e Decisões do Gabinete da Presidência, conforme descrito no edital e seus anexos, aos quais se vincula o presente Ajuste.

2. DO VALOR CONTRATUAL

2.1. O presente Contrato ajusta os seguintes valores:

Lote	Item	Descrição	Qtde. de volumes	Valor unitário	Valor Total por item
1	1	Impressão de volumes encaminhados em PDF com 600 (seiscentas) folhas, sendo 300 (trezentas) folhas frente/verso e preto/branco papel sulfite, na cor branca, tamanho A4 210 x 297 mm – gramatura 75 g/m ² .	48	R\$ 59,58	R\$ 2.859,84
	2	Encadernação de Livros – Documentos impressos em papel sulfite A4, cujas capas terão as medidas aproximadas de 31 x 21,5cm (altura x largura) com capa dura inteira de “percalux” na cor verde bandeira, com gravação dourada e clichê do brasão da República Federativa do Brasil na capa de aproximadamente 3,5 centímetros de diâmetro, e textos (5 linhas); já no lombo a gravação dourada é somente escrita (2 linhas, uma na vertical e uma na horizontal), costurada e colada no lombo, com aproximadamente 300 folhas cada. Acrescentar 1 folha em	48	R\$ 19,58	R\$ 939,84



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Lote	Item	Descrição	Qtde. de volumes	Valor unitário	Valor Total por item
		branco no início e no fim da encadernação.			
2	3	Encadernação de Livros – Documentos impressos em papel sulfite A4, cujas capas terão as medidas aproximadas de 31 x 21,5cm (altura x largura) com capa dura inteira de “percalux”, podendo ser nas cores verde, vermelha ou azul, com gravação dourada e clichê do brasão da República Federativa do Brasil na capa de aproximadamente 3,5 centímetros de diâmetro, e textos (7 linhas); já no lombo a gravação dourada é somente escrita (3 linhas, uma na vertical), costurada e colada no lombo, com aproximadamente 350 folhas cada. Acrescentar 1 folha em branco no início e no fim da encadernação.	30	R\$ 39,16	R\$ 1.174,80
Valor Total Estimado da Prestação de Serviços (Soma do total de todos os itens): R\$4.974,48 (quatro mil, novecentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos.					

2.2. Os valores acima estão em conformidade com a proposta apresentada pela Contratada na sessão da Licitação, vinculada ao presente Instrumento.

2.3. Nos preços ajustados estão incluídos, além do lucro, todos os custos relacionados com prestação de serviços do objeto da contratação, tais como: mão de obra, uniformes, materiais, equipamentos, EPI's, tributos e todas as despesas diretas e indiretas.

2.4. Os preços permanecerão fixos e irredutíveis durante o período de vigência do presente Contrato.

3. DO ACRÉSCIMO OU DA SUPRESSÃO

3.1. Conforme interesse do Coren-SP, o valor inicial da contratação poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites legalmente estabelecidos.

3.3. As supressões que ultrapassarem o percentual legalmente admitido, somente serão admitidas através do acordo entre as partes.

4. DA DESPESA

4.1. As despesas resultantes da execução deste Contrato serão atendidas pelo Elemento de Despesa de nº **6.2.2.1.1.33.90.39.002.006** – Encadernação.

5. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

5.1. O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, compreendendo o período de **03/04/2017 a 02/04/2018** e poderá ser prorrogado pela Contratante, desde que presente o interesse público e que sejam



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

observados os princípios norteadores da Administração Pública, bem como aferida a manutenção da vantajosidade e economicidade para a Administração.

5.1.1. O prazo acima poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993.

5.2. Conforme disposto na Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2011, após o interregno de 12 (doze) meses a partir do início da vigência contratual, o preço dos insumos e materiais necessários à prestação dos serviços poderá ser reajustado com base na data de apresentação da proposta ou do último reajuste, conforme variação do Índice Geral de Preços do Mercado, medido pela Fundação Getúlio Vargas – IGPM/FGV, ou índice setorial, se houver, podendo o IGPM ser substituído por outro equivalente em caso de extinção.

5.2.1. Para o cálculo do primeiro reajuste será utilizada a variação do índice do período compreendido entre o mês da data da proposta comercial e o índice do mês anterior à data prevista para o reajustamento;

5.2.2. Para os reajustes subsequentes será utilizada a variação do índice no período compreendido entre o mês da data de concessão do último reajuste do Contrato e o índice do mês anterior à data prevista para o reajustamento.

5.3. Ocorrerá a preclusão do direito da Contratante ao reajuste caso não o pleiteie na ocasião da prorrogação contratual.

5.4. Em todos os casos de reajustamento será observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e as condições mais vantajosas para a Administração.

5.5. Caso ocorra fato justificado, a rescisão contratual seguirá o disposto na Seção V do Capítulo III da Lei nº 8.666/1993.

6. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

6.1. Será exigida garantia legal prevista na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), podendo, inclusive, a Contratada oferecer garantia adicional. A Contratada deverá, ainda, responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto/serviço, de acordo com o mesmo dispositivo legal.

6.1.1. As garantias não se exaurem com o fim da vigência contratual, devendo ser observados os prazos fixados acima.

7. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

7.1. Em até 07 (sete) dias úteis após o término de cada serviço, a Contratada deverá apresentar:

7.1.1. Nota fiscal contendo, em seu corpo, a descrição detalhada dos itens e serviços executados, o número da nota de empenho, o número do processo licitatório e o número da conta bancária para depósito do pagamento; indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza (prestação de serviços e/ou comercialização).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.1.1.1. Quando a legislação assim determinar, deverão ser apresentadas notas fiscais segregadas, separando produtos de serviços cuja somatória deverá resultar no valor do objeto contratado.

7.1.1.2 A Contratada deverá obedecer aos ditames estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil IN/RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

7.1.2 Comprovação de regularidade fiscal através de certidões negativas ou certidões positivas com efeitos de negativas válidas relativas:

7.1.2.2 Às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

7.1.2.3 Ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

7.1.2.4 Aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.1.2.5 Às Fazendas Estadual e/ou Municipal;

7.1.2.6 Aos Débitos Trabalhistas.

7.2 Deverá a Contratada, ainda, manter toda documentação acima relacionada atualizada e apresentar suas atualizações ao Fiscal do Contrato quando lhe for solicitado e/ou por ocasião da prorrogação contratual, se houver.

7.3 A não apresentação ou irregularidade de qualquer um dos itens relacionados nas cláusulas anteriores caracterizará descumprimento de obrigação acessória e poderá ensejar na aplicação de sanções contratuais.

8 DOS PRAZOS, DOS LOCAIS E DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO OBJETO

8.1 Os serviços serão prestados a partir do início da vigência contratual, nos termos descritos no Termo de Referência.

8.2 Para os itens 1 e 2: para cada requisição, será encaminhado o arquivo a ser impresso e encadernado.

8.3 Para o item 3: para cada requisição, a retirada dos documentos deverá ocorrer em 03 (três) dias úteis a contar da confirmação do recebimento da solicitação enviada pela Contratante à Contratada.

8.4 Será informado à contratada, pelo arquivo a ser enviado (no caso dos itens 1 e 3) ou através de protocolo (no caso do item 3), a quantidade de volumes a encadernar, a quantidade de folhas por volume, o modelo com os conteúdos dos textos e da capa e da lombada, dentre outras informações necessárias para que o Contratado realize o serviço.

8.5 A entrega do objeto deverá ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da retirada dos documentos ou a partir da confirmação de recebimento do email contendo a requisição dos serviços, conforme o item.

8.6 O clichê do brasão para ser utilizado nas gravações em hot stamping será fornecido pelo Coren-SP, que, a cada requisição, deverá ser retirado a cada requisição e devolvido quando da entrega dos volumes encadernados.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.7 Local e horário para retirada/entrega do objeto: deverá ser das 08h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no(s) seguinte(s) endereço(s): Sede do Coren-SP, localizada na Alameda Ribeirão Preto, nº 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331-000, de segunda a sexta em dias úteis das 08h00 às 17h00.

8.8 Hipóteses e prazos para refazimento dos serviços e substituição de materiais:

8.8.1 Em caso de serviços prestados inadequadamente ou fora das especificações do Edital e seus Anexos ou, ainda, que não surtirem os resultados pretendidos com a contratação, a Contratada deverá sanar os problemas em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento da notificação;

8.8.2 Caso algum serviço ou item apresente falha ou vício, inclusive de fabricação, a Contratada deverá efetuar a substituição do item no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da notificação.

8.8.3 Nessas situações, todos os ônus decorrentes de eventuais substituições de serviços ou de peças/materiais/equipamentos correrão por conta da Contratada.

8.8.4 A notificação à Contratada poderá ser realizada por meios eletrônicos, a critério do Coren-SP.

8.9 Permanecendo irregularidades quanto à especificação do objeto, vício ou à execução inadequada dos serviços, a Administração poderá rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.10 Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

9 DOS PRAZOS PARA RECEBIMENTO

9.1 Nos termos dos art. 73 a 76, da Lei nº 8.666/1993, o objeto desta contratação será recebido após o término de cada serviço:

9.1.1 Provisoriamente, no ato da entrega do serviço e da nota fiscal e demais documentos, que deverá ocorrer em até sete dias úteis após a entrega do objeto;

9.1.2 Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação se o objeto atende às especificações do Edital e seus anexos; e da conformidade da documentação (nota fiscal, relatórios, regularidades fiscais e demais documentos de apresentação obrigatória);

9.1.3 Expirado o prazo supramencionado e não ocorrendo a conformidade, o documento fiscal deverá ser cancelado, devendo ser reemitido apenas quando da regularização.

9.2 O recebimento provisório poderá ser feito por qualquer servidor do Coren-SP e o recebimento definitivo apenas pelo Fiscal do Contrato.

10 DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado por serviço concluído no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Fiscal do Contrato, preferencialmente mediante depósito na conta bancária informada na nota fiscal.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.2 A Contratada receberá apenas pelo objeto efetivamente executado.

10.3 O Coren-SP reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada ou em desconformidade com a legislação tributária vigente e, ainda, se for constatado no ato da atestação, que o objeto entregue não corresponde às especificações do Edital e seus anexos.

10.3.1 Não ocorrendo o pagamento, a Contratada não terá o direito à compensação financeira ou alteração de preços.

10.4 Na hipótese da nota fiscal apresentar erros ou dúvidas quanto à sua exatidão ou quanto à documentação que deve acompanhá-la, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Gerência Financeira – Gefin, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que a Contratante terá reiniciado o prazo para efetuar nova análise e o respectivo pagamento, a partir do recebimento.

10.5 A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

10.6 A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na nota fiscal, em obediência aos ditames estabelecidos pela IN/RFB nº 1.234/2012, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

10.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Coren-SP serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos, demais dispositivos legais e das contidas no Edital e seus Anexos, a Contratante obrigará-se a:

11.1.1 Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do Coren-SP para realizar os serviços contratados.

11.1.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11.1.3 Exercer a fiscalização dos serviços por pessoas especialmente designadas;

11.1.4 Indicar, formalmente, o Gestor e o Fiscal para acompanhamento da execução contratual;

11.1.5 Solicitar a retificação/substituição dos serviços/itens prestados inadequadamente, que apresentarem defeitos ou problemas de funcionamento, ou que não atenderem às especificações do objeto constantes no Edital e seus anexos.

11.1.6 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.1.7 Registrar, em sistema próprio, os prazos de atendimento e todas as demais ocorrências relacionadas à entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

11.1.8 Realizar o recebimento e efetuar o pagamento pelos serviços entregues, nos prazos e condições estabelecidos.

12 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Caberá à Contratada, a partir do recebimento deste Instrumento e da Nota de Empenho, o cumprimento das obrigações a seguir, além das constantes no Edital da licitação:

12.1.1 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Coren-SP.

12.1.2 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Coren-SP, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelo Coren-SP.

12.1.3 Ressarcir à Contratante quando a Contratada, através de seus colaboradores, durante a execução do objeto, provocar danos ao patrimônio da Contratante por imperícia, imprudência e/ou má fé.

12.1.4 Comunicar ao Coren-SP qualquer anormalidade que constatar e prestar os esclarecimentos que forem solicitados.

12.1.5 Manter, durante o período de fornecimento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.1.6 Designar, por escrito, no ato do recebimento desta Autorização, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste objeto.

12.1.7 Informar à Contratante, sempre que houver alteração, o nome, o endereço e telefone do responsável a quem devem ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.

12.1.8 Respeitar as Normas Brasileiras – NBRs publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, quando couber.

12.1.9 Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 12.1.10** Possuir todos os registros que permitam a execução dos serviços descritos no objeto contratual e apresentar suas comprovações e atualizações, quando cabível.
- 12.1.11** Quando couber, comprovar a origem dos bens importados e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.
- 12.2** A Contratada deverá, ainda, assumir a responsabilidade por:
- 12.2.1** Todos os encargos fiscais, comerciais e por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes desta contratação.
- 12.2.2** Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Coren-SP.
- 12.2.3** Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados durante o período de entrega e fornecimento do objeto, ainda que acontecido nas dependências do Coren-SP.
- 12.2.4** Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 12.2.5** Custos da mão de obra, dos materiais, equipamentos e uniformes quando necessários à prestação dos serviços, inclusive na hipótese de haver necessidade de reposição ou substituição.
- 12.3** Sem prejuízo das responsabilidades ora elencadas, a Contratada obriga-se a:
- 12.3.1** Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, inclusive técnica e administrativamente, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas oriundos desta contratação.
- 12.3.2** Entregar o objeto em conformidade com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos.
- 12.3.3** Providenciar o transporte interno e externo, o acondicionamento, a entrega e o descarregamento dos materiais e ferramentas necessários à execução do objeto.
- 12.3.4** Acondicionar devidamente os produtos/materiais, de forma a não danificá-los durante as operações de transporte, carga, descarga e manuseio.
- 12.3.5** Executar os trabalhos de forma a proporcionar os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de recursos – quer humanos, quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços e a satisfação da Contratante, praticando produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos.
- 12.3.6** Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos naturais e na redução da poluição ambiental, tais como, racionalização do consumo de energia elétrica e de água; destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção; entre outras.
- 12.3.7** Utilizar pessoal devidamente treinado e qualificado para a fiel execução contratual.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

12.3.8 Dispor de pessoal necessário para garantir a execução do objeto no regime desta contratação sem interrupção da prestação dos serviços, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença médica, falta ao serviço, greve, demissão e outros motivos análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

12.3.9 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu colaborador que, eventualmente, se acidentar ou sofrer com mal súbito durante a entrega do objeto.

12.3.10 Instruir seus colaboradores quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências do Coren-SP.

12.3.11 Manter os colaboradores devidamente identificados durante a execução do objeto, principalmente quando esta exigir permanência nas dependências do Coren-SP.

12.3.12 Verificar previamente a disponibilidade, com o Fiscal do Contrato, caso a Contratada necessitar de vagas para estacionamento dentro do Coren-SP durante a execução do objeto.

12.3.13 Executar o objeto com o sigilo necessário.

12.4 São expressamente vedadas à Contratada:

12.4.1 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Coren-SP para a execução deste instrumento contratual.

12.4.2 A veiculação de publicidade acerca da aquisição, salvo se houver prévia autorização do Coren-SP.

12.4.3 A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto contratado, salvo mediante autorização expressa do Coren-SP.

12.5 A inadimplência da Contratada com referência aos encargos sociais, comerciais, fiscais e trabalhista não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Coren-SP, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Coren-SP.

13 DAS SANÇÕES

13.1 Poderá ficar impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciado do Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e das demais cominações legais, estando sujeito à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 a Contratada que:

13.1.1 Deixar de entregar documentação exigida;

13.1.2 Apresentar documentação falsa;

13.1.3 Não mantiver a proposta;

13.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 13.1.5** Falhar na execução do instrumento contratual;
 - 13.1.6** Fraudar na execução do instrumento contratual;
 - 13.1.7** Comportar-se de modo inidôneo;
 - 13.1.8** Fizer declaração falsa;
 - 13.1.9** Cometer fraude fiscal.
- 13.2** Reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.
- 13.3** Poderão ser consideradas fraudulentas, na execução da contratação, as condutas (mas não se limitando a essas):
- 13.3.1** Elevar arbitrariamente os preços;
 - 13.3.2** Apresentar, como verdadeiro ou perfeito, laudo / relatório falsificado;
 - 13.3.3** Prestar um serviço por outro;
 - 13.3.4** Alterar substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - 13.3.5** Tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do instrumento contratual.
- 13.4** Para a Contratada que cometer as condutas descritas nos itens 13.1.4 e 13.1.5, será aplicada multa nas seguintes condições:
- 13.4.1** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado ajustado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.
 - 13.4.1.2** A partir do décimo sexto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida e a multa correspondente, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste;
 - 13.4.2** 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, a partir do décimo sexto dia, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 13.4.3** 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado em caso de inexecução total da obrigação assumida.
 - 13.4.4** As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do instrumento contratual, exceto a prevista nos casos de inexecução total.
- 13.5** Para as demais condutas e em quaisquer casos descritos nas cláusulas anteriores a multa máxima a ser aplicada será de 20% (vinte por cento) do valor do Instrumento Contratual.
- 13.6** O prazo para pagamento das multas será de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, através de boleto bancário a ser enviado à Contratada.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

13.6.1 A critério do Coren-SP e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber pelos serviços prestados.

13.6.2 Não sendo suficiente o valor a ser pago pela Contratada para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da Garantia Contratual, quando houver.

13.6.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à Contratante, aquele será inscrito em dívida ativa e cobrado judicialmente.

13.7 Poderão ser aplicadas, ainda, a pena de advertência e declaração de inidoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 e as demais sanções descritas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993 isolada ou cumulativamente com a pena de multa.

13.8 Poderá deixar de ser imputada sanção à Contratada nos casos de comprovação, por ela, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual; de manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Coren-SP; ou de acatamento de justificativas, após análise da Contratante, em outros casos fortuitos.

13.9 As sanções serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa.

13.9.1 Constatada a irregularidade na execução contratual, o Fiscal do Contrato notificará a empresa para que apresente defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções.

13.9.2 A não apresentação de defesa no prazo legal implicará na aplicação das sanções, nos termos do parágrafo 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

13.9.3 Apresentada a defesa no prazo legal, o Fiscal e o Gestor do Contrato apreciarão o seu teor, proferindo parecer técnico comunicando a aplicação da sanção ou acatamento da manifestação, mediante ciência da Contratada, a ser feita pelo correio, com aviso de recebimento.

13.10 Das decisões de aplicação de sanção caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, observados os prazos ali fixados.

13.10.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.

13.11 Para aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 As Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, os Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005 bem como os demais postulados que norteiam o Direito Administrativo e, subsidiariamente, no que couber, a Legislação Civil, regerão as hipóteses não previstas neste Contrato.

15 DO FORO



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

15.1 As partes elegem de comum acordo, o foro da Justiça Federal de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

São Paulo, 27 de março de 2017.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Fabiola de Campos Braga Mattozinho
Presidente

COPIADORA MÓDULO LTDA - EPP

Rita de Cassia Lima
Sócia Administradora